

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS ENTRE AS TERRITORIALIDADES A ATIVIDADE TURÍSTICA NAS COMUNIDADES TRATADA DE CIMA, TRATADA DE BAIXO E BURITIZAL LOCALIZADAS NO PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES (PNLM).

Zeliane de Jesus Silva Costa¹
Ademir Terra²

RESUMO

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado em 1981, de bioma Marinho Costeiro, possui uma área de 155 ha (cento e cinquenta e cinco mil hectares) abrangendo os municípios maranhense: Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas, faz parte das 320 Unidades de Conservação Federais geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. A partir da Lei nº. 9. 985 de 18 de Julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza ele foi inserido na categoria de Unidade de Proteção Integral, legislação que admite somente o uso indireto dos seus atributos naturais. No entanto, no processo de implantação, não foi levado em consideração as comunidades tradicionais que já existiam na área antes desta ser transformada em um parque, famílias essas que utilizam dos recursos naturais para subsistência, iniciando assim os conflitos socioambientais. A atividade turística, apesar de ser apresentada como importante fonte de recursos, constitui em um elemento criador e potencializador do agravamento dos conflitos socioambientais, pois não inclui de maneira ativa as comunidades que habitam o parque. Objetivou-se com esta pesquisa realizar discussões sobre os conceitos de territórios e territorialidade correlacionando tais conceitos às exigências de uma discussão sobre conflitos socioambientais em unidades de conservação, bem como buscar sugerir alternativas que possam de alguma forma mitigar os problemas relacionados aos conflitos socioambientais e atividade turística. Para Dencker (1998, p.121), metodologia seria a “maneira concreta de realizar a busca do conhecimento”. Os resultados encontrados até o presente momento da pesquisa demonstram que com a implantação da Unidade de Proteção Integral do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, levando em consideração todas as medidas com intuito de garantir o cumprimento da Legislação Brasileira sobre o Meio Ambiente, acabou por gerar conflitos socioambientais de grande repercussão nas comunidades existentes no local, vale ressaltar que essas comunidades ainda não foram removidas do parque, todavia, é perceptível algumas mudanças em relação ao modo de vida dessas comunidades em razão da aplicação da legislação. É nítida a falta de diálogo entre os comunitários e o órgão estatal gestor do parque o que se constitui em empecilho para a mitigação dos problemas relacionados aos conflitos socioambientais e atividade turística. O fato do instituto ser o único órgão gestor do parque sem a participação do município também pode ser considerado um entrave para a condução do parque de maneira a contemplar minimamente os anseios dos atores sociais envolvidos.

Palavras-chave: Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Comunidades Tradicionais. Conflitos Socioambientais. Atividade Turística.

1. INTRODUÇÃO

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi criado pelo Decreto nº 86. 060, com o intuito de proteger a flora, a fauna e as belezas cênicas naturais, existentes no local. De acordo com Castro (2012, p.151), “O PNLM foi sugerido como um espaço a se constituir em espaço de conservação a partir do projeto RADAM-BRASIL, na década de 1970, criado em 02 de junho de 1981 com área de 150.000ha, inalterada ainda hoje”.

¹ Bolsista de Iniciação Científica pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

² Professor do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

No entanto, somente dezenove anos depois, com a criação da Lei 9. 985 de 18 de Julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, que o parque foi inserido no grupo de Unidades de Proteção Integral. Iniciando assim os conflitos existentes no Parque Nacional - PARNA, pois levando em consideração o inciso IV dessa lei, que trata da proteção integral é admitido somente o uso indireto dos atributos naturais.

Entretanto, antemão às regulamentações dessa lei, já existiam comunidades tradicionais, que utilizavam os recursos naturais para sua subsistência, ou seja, cidadãos que utilizam cotidianamente dos atributos que o lugar proporciona. Todavia, no momento da criação do parque, não houve um estudo visando levantar dados referentes à territorialidade dos comunitários, bem como compatibilizá-las com as exigências legais ora sendo implementadas neste território, pois com a aplicação da aludida lei, haveria uma incompatibilidade entre as práticas centenárias empregadas pelos comunitários e os novos usos agora preconizados. Consideramos que tais levantamentos, bem como uma prévia orientação/capacitação dos habitantes tradicionais da área agora transformada em Unidade de Proteção Integral pudesse amenizar bem como evitar o surgimento de alguns conflitos os quais têm dificultado tanto a vida dos comunitários bem como da efetiva administração do parque por parte do órgão gestor.

A denominação Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, segundo o IBAMA (2004) deveu-se à característica “[...] fisiográfica do Parque, por apresentar uma área de relevo plano, constituído por areias quartzosas marinhas e cordões de imensas dunas de coloração branca, as quais assemelham-se a “lençóis jogados sobre a cama”. Possuindo bioma Marinho Costeiro com uma área de 155.000 ha (cento e cinquenta e cinco mil hectares), e com diversos atrativos naturais fazendo com que a área se constitua em um importante polo de atração do turismo maranhense.

A atividade turística traz muitos recursos econômicos para o município que o parque abrange, especialmente para Barreirinhas, porém, em virtude da deficiência de gerenciamento do desenvolvimento dos municípios, não traz grandes benefícios para a população local e muito menos para a área do PARNA, ou seja, os recursos oriundos do turismo não são empregados com eficiência e eficácia que estes poderiam proporcionar tanto para a população citadina, quanto às que habitam o parque.

A despeito de carrear alguns recursos financeiros para o município e região, consideramos o turismo como uma atividade geradora e/ou potencializadora de conflitos, ou seja, ao mesmo tempo em que atrai recursos econômicos para o parque, esta atividade econômica acaba excluindo as populações tradicionais da área que o PARNA abrange.

Por ser uma área de turismo, outro fato a ser considerado, é em relação à presença de um grande quantitativo de agências de turismo, que objetivam oferecer serviços de qualidade para seus clientes. Destaca-se que em algumas situações, algumas agências beneficiam apenas os proprietários, que nem sempre revertem seus lucros no próprio município, uma vez que grande parte deste proprietários não reside nos municípios abrangidos pelo PARNA. Todavia, consideramos a hipótese da necessidade do investimento na educação ambiental como uma política possível para amenizar alguns problemas relacionados à atividade turística que vem acarretando sérios danos ambientais local.

Com base nestas considerações, esta pesquisa tem como objetivos, analisar os conflitos socioambientais entre as territorialidades a atividade turística nas comunidades Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal localizadas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), realizar discussões sobre os conceitos de territorialidade e dos territórios, fazer a ligação entre esses conceitos às exigências de uma discussão sobre conflitos socioambientais em unidades de conservação e tentar mitigar os problemas relacionados aos conflitos socioambientais e atividade turística.

2. MATERIAS E METÓDOS

2.1 Área de estudo

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses faz parte das 320 Unidades de Conservação Federais geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Dentre os biomas brasileiros existentes, o PNLM faz parte do bioma brasileiro costeiro.

A proposição para criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses surgiu para preencher lacunas existentes no então sistema de Unidades de Conservação, como também objetivou conservar amostras de toda a diversidade de ecossistemas naturais do país, de forma a assegurar a continuidade dos processos evolutivos, preservando amostras de cada tipo de comunidade natural, paisagem geológica e geomorfológica, garantindo um meio diversificado para as futuras gerações e assegurando as funções de auto-regulação do ambiente. A criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foi baseada em uma proposta apresentada pelo projeto RADAMBRASIL, para preencher lacunas existentes no então sistema de Unidades de Conservação, bem como atendendo as reivindicações da comunidade científica e instituições que atuam na área ambiental do Estado do Maranhão. (IBAMA, 2004).

De acordo com o seu plano de manejo o PNLM possui uma superfície de 155.000 hectares com um perímetro de 270 km.

Criado através do Decreto nº 86.060 de 02 de junho de 1981 e localizado na região nordeste do estado do Maranhão, O PNLM abrange os municípios de Primeira Cruz (6,89%), Santo Amaro (42,15%) e Barreirinhas (44,86%) (IBAMA, 2004). (Figura 1).

As comunidades Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal estão localizadas no município de Barreirinhas, na parte Ocidental do PNLM (Figura 2). Possuindo bioma e ecossistemas de mangue, cerrado, restinga e dunas.

Com a efetiva operacionalização do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em toda sua extensão de 155.000 ha (cento e cinquenta e cinco mil hectares), serão conservadas em sua integridade as múltiplas comunidades bióticas de plantas e animais, próprios das dunas, além de assegurar o seu processo de continuidade. (IBAMA, 2004).

Sendo desenvolvidas atividades de uso público, fiscalização e pesquisa. Entre as atividades desenvolvidas no âmbito do parque, vale destacar as conflitantes, sendo a pesca artesanal, pesca industrial, corte de mangue, extrativismo, caça, *rally*, ocupação irregular. Juntamente das atividades de uso público: banho, *camping*, caminhada, passeios náuticos, surf e *windsurf*.

2.2 Metodologia

Para a elaboração desta pesquisa, foi realizado, num primeiro momento, levantamento bibliográfico, utilizando-se livros e periódicos sobre os conceitos e noções de território, territorialidade, turismo, conflito, conflitualidade, problemas ambientais etc.

Para Dencker (1998, p.121), metodologia seria a “maneira concreta de realizar a busca do conhecimento”. Em outras palavras, o caminho traçado pelo pesquisador para adquirir o conhecimento desejado de forma racional e eficiente.

PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
e dos Recursos Naturais Renováveis
Superintendência no Maranhão

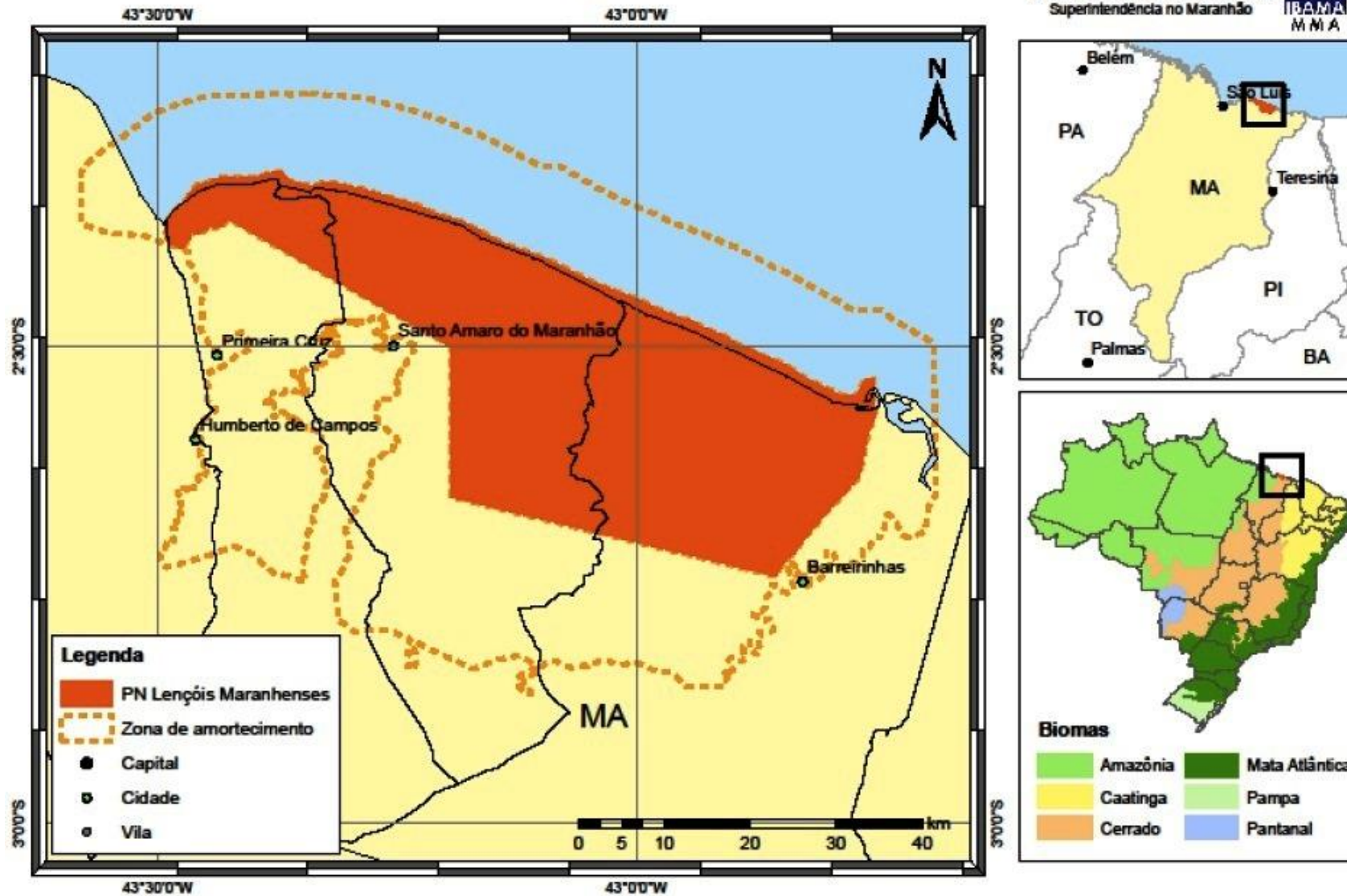


Figura 1 – Localização do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Fonte: Ibama/Supes, 2008.

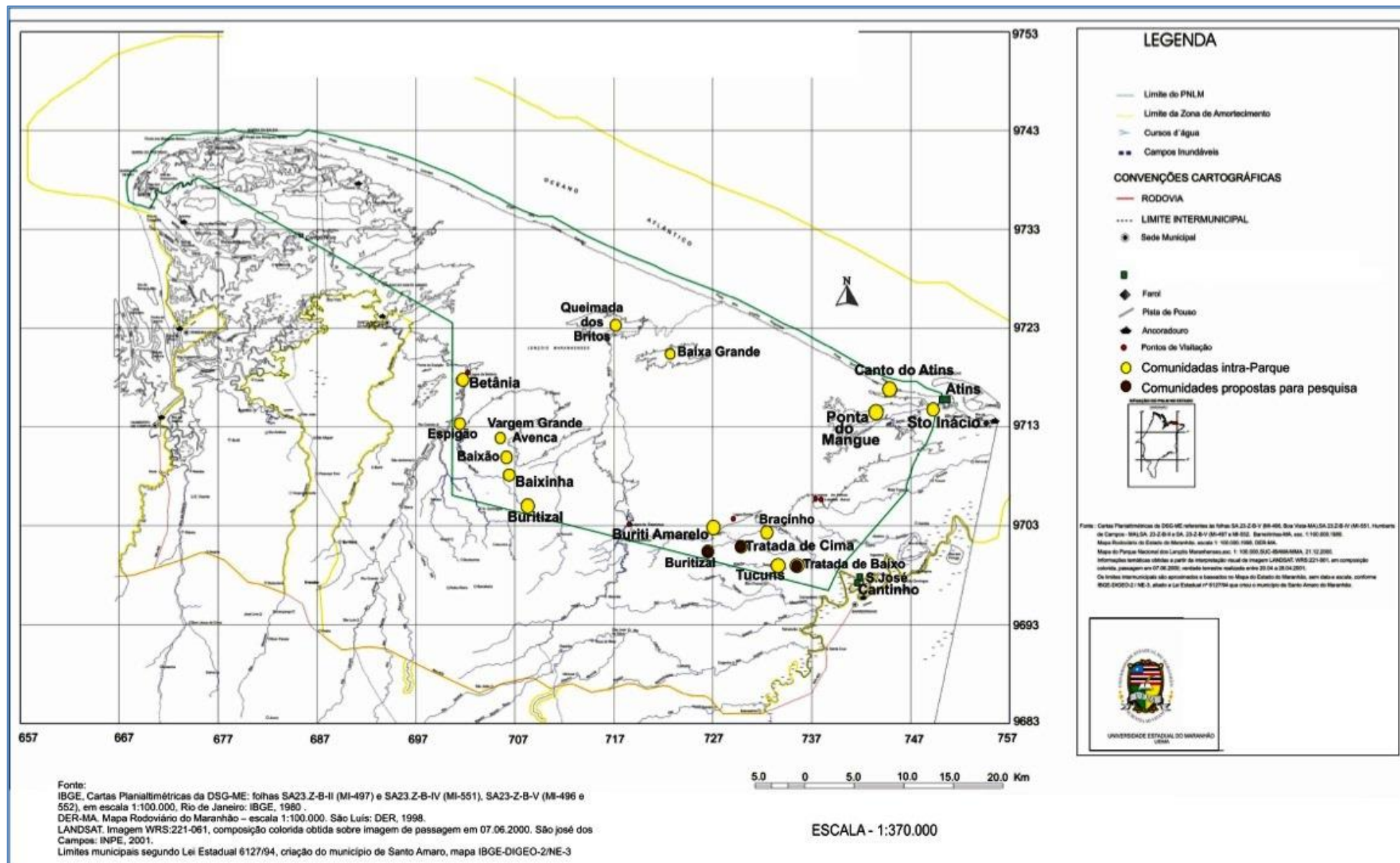


Figura 2 – Principais comunidades localizadas no PNLM.

Fonte: Terra, 2013.

Dessa forma, realizamos leituras diversas, englobando conceito e temas de várias áreas da Geografia (agrária, física, desenvolvimento regional, ambiental) e de outras ciências, como História, Agronomia, Economia, Ecologia e Sociologia. “Além disso, analisamos pesquisas em projetos, atas de reuniões, relatórios e outros documentos elaborados pelo poder público e as sociedades civis, que em geral não são considerados nos estudos, a chamada literatura cinzenta” (Pisciotta, 2003).

Escolhemos informantes-chave (ICs), considerando a existência de diferentes lideranças. Sob o ponto de vista dos ICs e outros protagonistas sociais envolvidos, realizamos entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas para subsidiar a análise proposta.

Os dados e informações obtidos, por meio da realização das entrevistas além da observação *in loco* das condicionantes socioambientais, foram confrontados os dados de fonte secundária, para averiguar o nível de consciência da problemática por parte dos órgãos idealizadores e gestores do Parque bem como dos comunitários.

Com a organização das informações compiladas, foram realizadas as reflexões e análises acerca do tema proposto, com a finalidade de categorização dos conflitos, como também retornar a campo objetivando juntamente com os atores buscar possíveis ações de convívio e mitigação dos conflitos.

Gil (2002, p.17) define pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem por objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Vergara (2004) afirma que a pesquisa é a atividade básica da ciência com o fim de oferecer explicações acerca de um fenômeno.

Todavia, fez-se necessário a aplicação de outros instrumentos de análises, os quais foram elaborados na etapa anterior, visando o levantamento de dados quali-quantitativos sobre questão socioespaciais e dos conflitos socioambientais originados pela criação do parque e pela implementação da atividade turística que concorrem com as atividades econômicas tradicionais das comunidades.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A pesquisa

As referências bibliográficas estudadas têm como função primordial dar embasamento em relação às discussões que permeiam Conflitos Socioambientais entre as territorialidades a atividade turística nas comunidades Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal localizadas no PNLN.

O território brasileiro encontra-se recoberto pelos mais variados ecossistemas, colocando-se entre os países com maior diversidade de vida no planeta, abrigando cerca de 2% do total das espécies existentes. (IBAMA, 2004).

A cada ano, milhares de plantas e animais desaparecem da terra e com eles a possibilidade de serem reconhecidas pela ciência. Desaparecem também as oportunidades de fornecerem benefícios para a humanidade e de ajudarem a manutenção da vida no planeta. Por isso, preservar a diversidade biológica de um país é, antes de tudo, um investimento necessário para manter válidas as opções futuras, contribuindo para a evolução do conhecimento científico, econômico e social. (IBAMA, 2004).

As unidades de conservação representam uma das melhores estratégias de proteção aos atributos e patrimônio naturais. Nestas áreas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção do estoque da biodiversidade. (IBAMA, 2004).

No SNUC, consta que uma UC é um espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder

Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

A Lei Federal nº. 9. 885, de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC, organiza as categorias em Unidades de Proteção Integral - UPI, quando buscam preservar a natureza e admitem apenas o uso indireto dos seus recursos, e unidades de uso sustentável, quando visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso direto sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Os resultados encontrados até o presente momento da pesquisa demonstram que com a implantação da UPI do PNLN, levando em consideração todas as medidas com intuito de garantir o cumprimento da Legislação Brasileira sobre o Meio Ambiente. Acabou por gerar conflitos socioambientais de grande repercussão em relação às comunidades existentes no local, vale ressaltar que essas comunidades ainda não foram removidas do parque, todavia, é perceptível algumas mudanças em relação ao modo de vida dessas comunidades em razão da aplicação da legislação

Em relação ao modo como os órgãos públicos estão se posicionando quanto a essa situação conflituosa é bastante interessante. De acordo com informações levantadas junto à secretaria municipal de agricultura, pesca e desenvolvimento de Barreirinhas, as famílias que vivem nas comunidades bem como as lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Centro de Direitos Humanos, procuraram frequentemente a secretaria em busca de apoio para fortalecer a luta que elas vêm travando com o atual Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Partindo desta demanda, a secretaria buscou realizar assembleias nas (quinze) comunidades pertencentes ao município de Barreirinhas, foram realizadas 3 (três) assembleias com a intenção de ouvir os moradores, visando conhecer a real situação e bem como se posicionar como possível mediador da complicada relação entre comunitários e ICMBio.

O presidente da Associação dos Moradores da Comunidade Tratada de Cima afirmou que a associação foi criada em 2001 com o intuito de lutar pela permanência dentro do parque das 22 (vinte e duas) famílias que a compõe e que a relação da comunidade com o ICMBio é muito distante e esporádica, uma vez que somente dialogam quando é marcada alguma reunião e que na comunidade que preside não há caso de algum conflito explícito com o órgão, uma vez que este não retirou nenhum morador do parque para ser assentado em outra área e também porque não há relato da entrada de moradores novos, permanecendo somente aqueles que já habitavam na área.

Após as assembleias que aconteceram entre Janeiro e Fevereiro de 2013, o Governo Municipal em parceria com as instituições que já vinham fazendo discussões com as comunidades elaboraram um projeto, que denominaram de Projeto Morraria, denominação esta em homenagem aos Lençóis, que antes era conhecido pela população nativa como Morraria. O objetivo do projeto é apoiar as famílias que permanecem dentro do parque buscando potencializar as políticas públicas que são destinadas ao parque bem como às famílias.

O primeiro passo após a elaboração do projeto foi à aplicação de um questionário, para fazer o levantamento da área de produção, da área social e ambiental, aplicando-o a todas as famílias. Posteriormente será condensado todos os questionários aplicado as famílias de cada comunidade, o mesmo procedimento será adotado em todas as comunidades, ou seja, o instrumento de pesquisa permitirá obter dados do perfil por família e por comunidade. Tais questionários já foram aplicado em 15 (quinze) comunidades e atualmente os dados estão em fase de tabulação, o referido projeto tem prazo de 4 (quatro) anos e envolve a Secretarias Municipal, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Centro de Direitos Humanos, de posse dos dados, estas entidades terão a incumbência de traçar um plano de trabalho para as famílias, de modo que possibilite uma maior efetividade das políticas no atendimento das necessidades dos comunitários, necessidades estas que são de ordem, políticas, sociais e econômicas, um exemplo é permitir a construção, reforma e ampliação das escolas e igrejas que até então não são permitidas por parte da legislação.

Cada comunidade possui uma associação que atua às vezes individualmente outras vezes em conjunto em busca de solução para questões comuns, as associações de moradores possuem um razoável grau de organização interna, e estão ligadas ao Sindicato de Pescadores ou ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Durante esta fase de tabulação, a Secretaria Municipal, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Centro de Direitos Humanos dividiram entre si a responsabilidade por um quantitativo de comunidades, com o intuito de facilitar o trabalho. Não se sabe precisar o número exato de famílias de cada comunidade, o que somente será possível após o término da tabulação. O prazo para a conclusão da tabulação e do plano de ação é até o final do corrente ano, para que nos próximos dois anos sejam priorizadas as políticas com mais ênfase dentro das regiões.

O órgão gestor do parque atualmente é o ICMBio, todavia, este órgão ainda não existia quando da criação do parque, todo o processo de implantação do PARNA esteve ao encargo do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, tão logo foi criado o ICMBio, uma equipe de servidores do órgão foi deslocada para trabalhar na área. Os relatos dos comunitários dão conta de que ao longo dos anos, tanto durante a vigência do IBAMA, quanto do ICMBio, os comunitários, por não ter conhecimento das reais atribuições (apesar das inúmeras reuniões que estes órgão realizaram no intuito de esclarecê-los) reclamam da postura do órgão atribuído à estas medidas arbitrárias, todavia o que consideram arbitrariedade nada mais é do que atribuição do órgão que por mais antipática que possam ser consideradas tais medidas têm que ser tomadas, ou seja, fazer cumprir a lei, mesmo a contragosto dos moradores do parque.

Os moradores já estão conscientes da necessidade e da obrigatoriedade da preservação do parque, porém não concordam com as medidas adotadas, tampouco com a postura que consideram intransigente por parte dos servidores do órgão.

Neste sentido é ilustrativa a fala do presidente da Associação dos Moradores da comunidade de Tratada de Cima, segundo o qual *O ICMBio não maltrata, mas de certa forma persegue as famílias.*

Para além das queixas por parte dos comunitários em relação à atuação do ICMBio, percebeu-se que há por parte de outros órgãos ambientais, destaque para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente uma certa disputa/rivalidade pelo controle de ação dentro do parque.

De acordo com o senhor José Vale, atual Secretário Municipal de Meio Ambiente de Barreirinhas informou que o parque foi criado durante a Ditadura Militar e que os processos democráticos eram muito difíceis, que as decisões eram tomadas sem qualquer consulta prévia, o que justificaria parte do legado de conflitos vivenciado no PARNA na atualidade. Tal postura justificaria o fato de o município de Barreirinhas ter ficado alheio a essa situação, uma vez que as informações sobre a criação eram bastante restritas, por isso, quando as pessoas menos esperaram estavam ilegalmente morando dentro de uma Unidade de Proteção Integral.

Ainda de acordo com o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Barreirinhas este afirma que o atual prefeito ao perceber a potencialidade para o turismo em razão das belezas naturais que Barreirinhas possui, em especial, a área que corresponde ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, começou a divulgar, fomentando a possibilidade de pessoas conhecerem o parque, todavia, somente com a construção da estrada, que esse processo de visitação ficou mais intenso.

Para tratar sobre os impactos ambientais do parque, existe um Conselho Consultivo, constituído pela sociedade civil e pelo poder público, criado em 2013, mas com posse prevista para 2015.

Segundo o secretário, uma das próximas pautas da reunião do referido Conselho é para tratar sobre o Plano de Manejo. Em relação à posição da prefeitura quanto aos conflitos existentes dentro do parque, afirmou que as partes interessadas estão sempre buscando o diálogo e que este é o caminho mais sensato.

O secretário manifestou ainda preocupação com relação à destinação dos resíduos sólidos que são jogados dentro do parque, mas que para solucionar tal problemática o município está elaborando um

Plano de Saneamento Básico, que é de responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente, mas que é uma ação conjunta de todas as secretarias. O secretário atribui como uma das causas para este problema a falta de orientação para os turistas bem como a ausência das lixeiras e placa de advertência para os turistas nas áreas de visitação.

4. As Comunidades

Foram realizadas várias entrevistas com os moradores das comunidades, e as informações obtidas dão conta de diversos aspectos sociais, políticos e econômicos.

As atividades desenvolvidas pela comunidade são destinadas para a subsistência demonstrando o caráter eminentemente camponês dos comunitários. Tais atividades se limitam à agricultura na forma de pequenos roçados onde cultivam alguns produtos destinados a subsistência como o cultivo da mandioca, além da coleta da castanha de caju e da fabricação de artesanato que se destina ao comércio de Barreirinhas, todavia, os preços são muito baixos, porém há relatos de que após o incremento do turismo a venda da castanha e do artesanato passou por uma pequena melhoria com a venda direta aos turistas, ainda assim continua garantida uma renda muito ínfima não sendo suficiente para a manutenção das famílias, uma vez que o comércio é realizado individualmente pela inexistência de uma cooperativa que pudesse auxiliá-los na produção, processamento e comercialização.

O presidente da Associação dos Moradores da comunidade de Tratada de Cima comentou sobre a implantação de uma cooperativa destinada a processar a castanha de caju denominada Cajumar (da qual ele era um dos sócios) esta teria funcionado provisoriamente movida a gás, mas que em razão das dificuldades causadas pela ausência de energia elétrica fechou as portas prematuramente.

A atividade de criação de animais que para alguns comunitários já foi uma importante atividade econômica, vem definhando ao longo do tempo por imposição do ICMBio, uma vez que tal atividade por sua característica extensiva em que o rebanho, mesmo pequeno, são criados soltos dentro do parque é incompatível com as normas de preservação de uma UPI. Os poucos animais criados dentro do parque se destinam ao consumo dos comunitários, ainda assim sobre rígida vigilância por parte ICMBio.

Contudo o que tem garantido a manutenção das famílias são algumas aposentadorias dos idosos da comunidade e aqueles que têm filhos em idade escolar contam com a importante ajuda do pequeno recurso advindo do programa bolsa família que lhes proporcionam a aquisição dos produtos necessários cuja produção não é possível nos roçados.

4.1. Educação

De acordo com informações dos comunitários há a oferta de escolas para as séries iniciais em praticamente todas as comunidades, mas de 5ª a 8ª série são poucas comunidades que possuem e que o Ensino Médio não é ofertado em nenhuma comunidade, as crianças e jovens em idade de cursar tal série têm que se deslocar para a cidade. Um morador da comunidade Tratada de Cima deu a seguinte declaração: *Na nossa comunidade existe apenas uma escola que conta com apenas 8 (oito) alunos frequentando, a escola fica muito distante e as condições dela é muito precária.* Já o presidente da Associação de Moradores da comunidade Buritizal afirmou que: *A escola que existe na comunidade só ensina até a terceira série, que para as crianças terem acesso as séries posteriores têm que se deslocar para outra comunidade através de veículos da prefeitura ou por ela contratados.*

4.2. Saúde

As comunidades alvas desta pesquisa não contam com nenhum posto médico, porém recebem mensalmente a visita de médicos clínicos gerais que atendem em locais improvisados, todavia quando o caso requer tratamentos mais especializados os pacientes são orientados a procurar tratamento no município de Barreirinhas, quando isto ocorre, o que acontece com frequência os custos do transporte do paciente é de responsabilidade do próprio paciente ou seus familiares.

Não conseguimos detectar as razões pelas quais algumas famílias afirmaram receber periodicamente a visita de agentes de saúde em quanto outras são contundentes em dizer que tais profissionais nunca as visitaram.

4.3. Religião

Dentro do parque existe uma grande diversidade de denominação religiosa, porém há o predomínio da igreja católica e esta é a que sempre realiza festejos e quermesses mobilizando toda a comunidade.

4.4. Turismo

O turismo é uma atividade em grande expansão no território brasileiro, interferindo diretamente na economia do local em que está sendo desenvolvido. Ao longo dos anos, foram descobertos lugares com belezas peculiares em todo o território brasileiro, despertando assim o interesse de pessoas de outros estados e até mesmo países a conhecerem esses espaços.

Tendo em vista que o parque possui beleza cênica, tornou-se uma das áreas do estado brasileiro de considerável visitação, pois faz parte do calendário de viagens dos turistas. O número expressivo de visitantes, fez com que houvesse a instalação de um quantitativo considerável de agências, no entanto, o turismo que é desenvolvido dentro do PARNA, não contempla as exigências que a legislação trata: o turismo ecológico.

Para alguns moradores depois que o parque começou a receber uma grande quantidade de turistas, houve significativa interferência na renda familiar, pois vendem para os turistas a castanha de caju e o artesanato produzido a partir da folha de buriti. Já outros vêem o turismo como um empecilho para a manutenção dos recursos naturais, já que a maioria dos visitantes carece de educação ambiental.

Levando em consideração as informações obtidas na secretaria de meio ambiente, levantou-se a questão da grande quantidade de resíduo sólido que é descartado dentro do parque. Consideramos a necessidade de se investir na educação ambiental na qual se envolva os comunitários, mas, sobretudo o turista que se desloca até o parque. Por mais que as agências de turismo esclareçam os visitantes sobre o que é proibido ou não dentro do parque, falta consciência por parte de cada indivíduo.

Esse tipo de atividade é um dos agravantes dos conflitos socioambientais, pois não há um projeto que venha a contemplar as comunidades tradicionais, para que, assim como as agências de turismo, as populações possam usufruir dos recursos que o turismo traz.

4.5. Outros

É constante também a reclamação quanto à origem e a qualidade da água utilizada pelos comunitários cuja forma de obtenção se dá através da escavação de poços realizada por eles próprios.

Também é recorrente a reclamação pela falta de energia, pois sabem que isso lhes facilitaria a vida dando-lhes muito conforto, como conservação de alimentos, uso de eletrodomésticos como televisores, ventiladores etc.

Os comunitários tem a convicção que o fato de não serem servidos por uma rede de eletricidade é uma estratégia do ICMBio para não dar nenhum tipo de conforto para os habitantes do parque, pois isso traria acomodação contrariando o interesse de vê-los fora do parque sem que o poder público empregue muito esforço. Atribuem ainda a falta de energia o abandono de muitos dos seus vizinhos e estão convencidos que a estratégia do ICMBio está sendo eficiente.

A questão da dificuldade de transporte é outro fator de muita reclamação, uma vez que não existem meios de transportes regulares e com um preço mais em conta. Não souberam dizer por que o transporte de tração animal está se tornando cada vez menos utilizado, e como os recursos financeiros não são suficientes para a aquisição de um automóvel e os meios particulares de locomoção mais econômicos como motocicletas não são apropriados para vencer o terreno arenoso, tampouco transporta mais de duas pessoas e o transporte de mercadoria por este meio é limitado, só lhes resta pagar caro nos poucos meios de transportes, pouco confortáveis disponibilizado por particulares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante toda a discussão abordada, percebeu-se que os Conflitos Socioambientais entre as territorialidades dos trabalhadores tradicionais do parque e a atividade turística, ou seja, outra territorialidade imposta de fora para dentro nas comunidades Tratada de Cima, Tratada de Baixo e Buritizal localizadas no PNLM de fato são existentes, pois o próprio modo de implantação do parque, transformado posteriormente em UC de Proteção Integral, sem levar em consideração as comunidades tradicionais preexistentes no parque, acabou por desconsiderar a presença dessas comunidades, impossibilitando até mesmo as condições de manutenção do modo de vida camponês que lhes é peculiar, sendo esse o principal motivo para os conflitos existentes.

No entanto os conflitos não são decorrentes somente dessa situação, pois a atividade turística também é fomentadora desse fato. Por não existir a participação das comunidades juntamente com as agências de turismo no PARNA a própria comunidade é excluída desse processo, como se não existisse.

Há de se considerar que o órgão responsável pela manutenção do parque, no exercício da sua função, proíbe as comunidades de utilizarem os recursos advindos da área para a própria subsistência, gerando mais conflitos, pois as comunidades tradicionais utilizam desses recursos naturais nas atividades diárias. Uma vez que são proibidas de usarem tais recursos, acabam, na maioria das vezes descumprindo deliberadamente e como forma de retaliação às determinações do ICMBio. O que leva o órgão à aplicar multas pelo não cumprimento das orientações, ou seja, estabeleceu-se uma “queda de braços”, de um lado existe o ICMBio que está somente cumprindo com suas atribuições e do outro comunidades tradicionais que necessitam dos recursos naturais oriundos do parque. Por retaliação, acabam descumprindo com as orientações repassadas pelo ICMBio estabelecendo assim os conflitos com o órgão. Outro fato é em relação às técnicas que são utilizadas por essas comunidades na roça, que para o órgão é de total perigo para o Parque.

Logo é de grande relevância a discussão aprofundada sobre a situação que essas comunidades estão vivenciando para tentar mitigar os problemas advindos desses conflitos. Pois por um lado o órgão responsável pelo parque está apenas exercendo a sua função, enquanto que no exercício dessa função acaba impedindo as comunidades de utilizar os recursos para a sobrevivência, tendo em vista que a proibição desse instituto é regulamentada por Legislação.

Em relação à atividade turística na UC é de grande importância que essa esteja inclusa em um planejamento de maneira bastante minuciosa, obedecendo à própria legislação, pois percebe-se a falta de consciência ambiental, tanto das agências de turismo, quanto do próprio turista que durante visita ao parque não tem se portado de maneira compatível com a preservação ambiental.

É nítida a falta de diálogo entre o ICMBio e as comunidades tradicionais isto sem dúvida se constitui em um dos empecilhos para a mitigação dos problemas relacionados aos conflitos socioambientais e atividade turística, mas que a legislação que regulamenta o parque é o principal motivo. E que o fato do instituto ser o único órgão gestor de todo o parque sem a participação do município como um todo também é um entrave. Desse modo é relevante a participação de todos os setores, que estão sendo parte dos conflitos no parque, em prol de uma revisão de toda a legislação, que contempla o PARNA, mas essa ação deve ser realizada em conjunto, ou seja, com a participação de todos.

6. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luís Ricardo Rodrigues de; SOUZA, Rosemeri Melo e. **Territorialidade, conflitos socioambientais e a atividade turística em unidades de conservação: uma discussão conceitual.** *Revista Nordestina de Ecoturismo*, Aquidabã (SE), v. 5, n. 2, p. 28-45, 2012.

BARBOSA R. S.; SANTOS, F. D.. **Unidades de conservação, conflitos sócio ambientais e o encurralamento das populações locais no norte de Minas.** Trabalho apresentado Oralmente no XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural. 2007.

BRASIL. **Decreto Nº 86.060**, de 02 de junho de 1981. Cria, no Estado do Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, com os limites que especifica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_lencois_maranhenses.pdf> Acesso em: 12 de abr 2014.

BRASIL. **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. Brasília: DOU de 19/07/2000.

BRASIL. Icmbio. **Populações Tradicionais:** Parque Nacional dos Lençóis Maranhense, 2013.

BRASIL. IBAMA. **Plano de Manejo:** Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Barreirinhas: Ibama, 2004. 1CD. paginação irregular.

BECKER, H. **De que lado estamos?** In: Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1997, p.122-136.

CASTRO, C. E. de. **A Política Nacional de Proteção da Natureza e seus Desdobramentos no Território do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.** 2012 Teses (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

DENCKER, A.. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** 2 ed. São Paulo: Futura, 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Thaís Hall. **Parque Nacional Grande Sertão Veredas: o papel da população tradicional na conservação e nas decisões políticas sobre os rumos de seus territórios naturais.** 2013. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais)—Universidade de Brasília, Planaltina-DF, 2013.

FOOTE-WHITE, W. **Treinando a observação participante.** In: Desvendando máscaras sociais (org. Alba Zaluar Guimarães). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Ed., 2ª ed., 1980, p. 77-86.

PISCIOTTA, K. **Pesquisa Científica em Unidades de Conservação da Mata Atlântica Paulista.** 2003. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em Ciência Ambiental. Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, W; FREDRYCH, T, V **O Dilema das Comunidades Tradicionais em Unidades de Conservação: O Caso da Comunidade Mumbuca no Parque Estadual do Jalapão (TO)** 2013 Artigo publicado no Boletim Goiano de Geografia.

SILVA, Maria do Socorro Ferreira da; SOUZA, Rosemeri Melo e. **Território usado em áreas protegidas e atrativos turísticos: exploração ou conservação ambiental?.** *Revista Nordestina de Ecoturismo*, Aquidabã (SE), v. 4, n. 2, p. 27-39, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2004